

“Eu Tenho Um Sonho”: Os Atos De Fala Como Constituidores Do Ethos De Martin Luther King

"I Have A Dream": The Speech Acts Constructing The Martin Luther King's Ethos

Dannytza Serra Gomes*

Doutora pela Universidade Federal do Ceará
Professora da Universidade Federal Do Ceará
E-mail: dannytzasg@gmail.com

Maria Leidiane Tavares Freitas**

Mestrado pela Universidade de Fortaleza
Professora da Universidade Aberta do Brasil
E-mail: mleidianet@gmail.com

Sandra Maia Farias Vasconcelos***

Doutora pela Universidade de Nantes
Professora da Universidade Federal do Ceará
E-mail: sandramaiafv@gmail.com

*Endereço: Dannytza Serra Gomes

Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas. Avenida Treze de Maio. Benfica. CEP- 60420-070 - Fortaleza, CE – Brasil.

**Endereço: Maria Leidiane Tavares Freitas

Universidade Federal do Ceará, Departamento de letras, Avenida da Universidade, 2853 - Benfica, CEP: 60020-181, Fortaleza, CE – Brasil.

***Endereço: Sandra Maia Farias Vasconcelos

Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas. Avenida Treze de Maio, Benfica, CEP: 60420-070 - Fortaleza, CE – Brasil.

Editora-chefe: Dra. Marlene Araújo de Carvalho/Faculdade Santo Agostinho

Artigo recebido em 11/11/2014. Última versão recebida em 01/12/2014. Aprovado em 02/12/2014.

Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review pela Editora-Chefe; e b) Double Blind Review (avaliação cega por dois avaliadores da área).

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a teoria dos atos de fala proposta por J. L. Austin na constituição do *ethos* projetado por Martin Luther King em seu célebre discurso, proferido em 28 de agosto de 1963. Elaboramos um panorama sobre os Atos de Fala, de modo a empreender uma classificação sobre os atos e sua intenção ao atingir o co-enunciador. Os atos de linguagem encontrados no *corpus* foram categorizados em atos ilocucionários, conforme sua repercussão na construção da imagem que o locutor assume (*ethos*). A partir da descrição das ações encontradas no discurso, compreende-se como é demonstrada a imagem pretendida pelo enunciador. Segundo a definição de *ethos* apresentada por Dominique Maingueneau, a partir da qual esse autor argumenta que os oradores revelam mais suas qualidades pelo modo de se expressar e pela entonação que constroem em suas enunciações do que pelo que dizem sobre si, foi possível concluirmos que o *ethos* pacifista e gregário de Martin Luther King legitima a conclamação que faz à população negra dos EUA da época, a de lutar por seus direitos como cidadãos de forma justa e ética.

Palavras-chave: Atos de fala; discurso; imagem; *ethos*; Martin Luther King.

ABSTRACT

This study aims to analyze the theory of speech acts proposed by J.L. Austin in the constitution of the *ethos* designed by Martin Luther King in his famous speech, delivered on August 28, 1963. Developed a panorama of the Speech Acts, so to undertake a classification of the acts and their intention to achieve the co - enunciator. The speech acts found in the corpus were categorized into illocutionary acts as its impact on building the image assumes that the speaker (*ethos*). From the description of the actions found in the discourse, it is understood as the enunciator demonstrates the desired image. According to the definition of *ethos* by Dominique Maingueneau, from which the author argues that speakers reveal more qualities by way of expressing and intonation by building in their utterances than what they say about themselves, it was possible to conclude that the pacifist and gregarious *ethos* of Martin Luther King's call legitimizes what makes the black population of the U.S. at the time, to fight for their rights as citizens in a fair and ethical manner.

Keywords: Speech acts; discourse; image; *ethos*; I Have a Dream.

1 INTRODUÇÃO

Nesse artigo, analisamos o célebre discurso de Martin Luther King, proferido em 1963, em Washington, durante uma marcha que reuniu cerca de 250 mil pessoas contra as políticas racistas e a favor dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos. Nossa análise partiu das seguintes questões norteadoras: que aspectos do discurso denotam o poder de persuasão do líder em relação a toda uma população que ainda permanecia socialmente segregada? A imagem que Martin Luther King construiu em seu discurso (*ethos*) estava de que modo relacionada com o contexto sócio-histórico norte-americano da década de 60? Será possível perceber, no discurso, que dizer é fazer? Como os atos empreendidos pelo fazer blingüístico reverberam no tom adotado pelo enunciador em seu discurso? Pretendemos delinear algumas conclusões acerca desses questionamentos, embora tenhamos ciência de que, dado o espaço que um artigo deve ocupar, deixaremos algumas trilhas ainda por percorrer.

Nossa pesquisa fundamenta-se principalmente na Teoria dos Atos de Fala de Austin (1990). A Teoria dos Atos de Fala surgiu no interior da Filosofia da Linguagem, no início dos anos 60, tendo sido posteriormente apropriada pela Pragmática. Constituía uma reação ao positivismo lógico, que floresceu por volta de 1930, que considerava a verificabilidade empírica das sentenças e das afirmações como critério único para a significabilidade das enunciações. A maioria dos discursos éticos, políticos e literários e a linguagem ordinária em geral eram considerados enunciações emotivas, portanto sem valor científico, porque suas condições de verificação não podiam ser testadas. Filósofos da Escola Analítica de Oxford, tendo como pioneiro o inglês John Langshaw Austin (1911-1960), seguido por John Searle e outros, entendiam a linguagem como uma forma de ação ("todo dizer é um fazer") e passaram, então, a refletir sobre os diversos tipos de ações humanas que se realizam através da linguagem: os "atos de fala" (em inglês, *speech acts*).

Austin demonstra em sua teoria que há enunciados que, ao serem proferidos, praticam um ato. Tais enunciados são caracterizados pela impossibilidade de serem avaliados como verdadeiros ou falsos, o que corrobora a defesa de Austin em favor de uma compreensão de linguagem que se afasta do estabelecimento de condições de verdade, na medida em que enunciações não são apenas veículos de expressão de proposições, mas, sobretudo, a execução de um nível privilegiado de ação.

Esses atos são classificados do seguinte modo: atos locucionários, atos em que se diz algo, ou seja, trata-se do estudo das locuções e de sua expressão linguística; atos ilocucionários, atos

que, ao serem pronunciados, promovem forças ilocucionárias, ou seja, permitem a emergência das funções da linguagem encontradas no contexto durante a realização da troca linguística; e atos perlocucionários, resultantes da fala em que se procura ocasionar certos efeitos nos sentimentos ou conseqüências nos atos do ouvinte.

Inicialmente, Austin dividiu os atos ilocucionários em cinco classes ilocucionárias, definidas pelo que representam ao serem enunciadas. A primeira relaciona os atos vereditivos - emitem juízo, oficial ou extraoficial, sobre evidências ou razões quanto ao valor ou ao fato, na medida em que estes são passíveis de distinção; os exercitivos - consistem em tomar uma decisão a favor ou contra um determinado curso da ação ou advogá-la; comissivos - compromete quem os usa a uma determinada linha de ação; comportamentais - incluem a ideia de reação diante da conduta e da sorte dos demais, e de atitudes e expressões de atitudes diante da conduta passada ou iminente do próximo; e os expositivos - consistem em expressar opiniões, conduzir debates e esclarecer usos e referências.

Nossa análise consiste em pontuar, e aqui assinalamos uma escolha tanto teórica quanto metodológica, aspectos do discurso de Martin Luther King que, identificadas pelas cinco classes ilocucionárias (AUSTIN, 1962), propiciam uma compreensão das seleções que o locutor faz para atingir sua meta discursiva (atos perlocucionários), ou seja, observamos as seleções de atos ilocucionários feitas pelo enunciador, a fim de promover efeitos específicos sobre o co-enunciador, os atos perlocucionários, o que repercute sobremaneira no tom adotado na enunciação, no caráter revelado, enfim, pelo enunciador.

Ao definirmos a metodologia empregada para a análise das ações proferidas durante o discurso e quais efeitos elas pretendiam atingir no público, procuramos identificar, no discurso de Martin Luther King, os atos de fala que se relacionam com a sua repulsa a ações que demonstravam a ainda situação de segregação enfrentada pela população negra americana em meados da década de 60. Para descrevermos o *ethos* instaurado pelo enunciador, recorreremos então à teoria do *ethos* desenvolvida por Maingueneau (1997) e corroborada pelos estudos de Amossy (2005) e Charaudeau (2006).

Além disso, demonstramos como tais atos estão inseridos em contextos discursivos de tipo, de gênero e de enunciação, ou seja, nas cenas englobante, genérica e na cenografia, a partir do entendimento de Maingueneau (1997). A cena englobante em que esse discurso está inserido nos informa do tipo de discurso em que se pode enquadrar nosso objeto de análise. Na cena genérica, podemos perceber que o discurso enquadra-se em um gênero discursivo político, no qual se ressalta a forma afável, firme e conclamadora, a partir da qual o enunciador interpela os seus interlocutores, pontuando questões como a necessidade de

protestar sem violência, a despeito do imenso quadro de segregação ao qual os seus interlocutores estavam confinados. A análise da cenografia, por fim, permitiu a identificação das forças ilocucionárias presentes no ato da enunciação. Tendo como base tais forças, classificamos as ações de acordo com a proposta de Austin (1962), verificando também a intenção demonstrada pelo locutor no momento da enunciação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria dos Atos de Fala

Em 1955, na Universidade de Harvard, J. L. Austin proferiu uma série de doze conferências, as famosas *The William James Lectures*, que foram publicadas em 1962, dois anos após sua morte, com o título *How To Do Things With Words* (“Quando dizer é fazer”, na tradução para o português). Por uma questão de clareza, optamos por destacar brevemente os trechos de cada conferência que consideramos mais pertinentes para nosso estudo.

Austin vai delimitar seu tema apoiando-se no pensamento de Kant. A partir desse filósofo, os estudiosos começaram a se preocupar com declarações que não eram verificáveis, as assim denominadas “pseudodeclarações”, diferentes das declarações factuais. A essas “pseudodeclarações”, Austin chamou de **performativas**, pois, ao pronunciá-las, o falante acaba por fazer algo, podendo ocorrer uma transformação pelo poder da palavra. As outras declarações - sejam elas verdadeiras ou falsas - servem para constatar a realidade; são, por esse motivo, **constatativas**.

Austin parte do princípio que os performativos só podem se concretizar numa situação adequada, isto é, num determinado lugar, num espaço de tempo delimitado, com as pessoas certas que tenham realmente a intenção de que, ao pronunciarem as palavras, concretize-se a ação designada por elas. Quando todas as condições se realizam, temos um performativo feliz. Caso contrário, o performativo infeliz é o malgrado, já que não se concretizou. Para o autor existem dois tipos de infelicidades para os performativos malgradados: os que são ocasionados por desacertos e os ocasionados por maus usos.

Alguns tipos de desacertos ocorrem quando o procedimento invocado não é simplesmente aceito; quando o procedimento não é mais empregado; quando o procedimento é novo, isto é, recentemente inaugurado; quando as circunstâncias de invocação não são certas; quando as pessoas também não são as certas.

Os maus usos acontecem quando a pessoa que está proferindo o performativo não é sincera em relação ao que está sentindo, pensando ou pretendendo.

Como exemplo de mau uso de sentimentos podemos citar o caso de alguém que profere a fórmula “*Meus pêssames*” e não se solidariza; mau uso de pensamentos, quando diz “*Eu o absolvo*”, mesmo acreditando que a pessoa é culpada; e finalmente, mal intencionado é o proferimento da fórmula “*Eu prometo*” quando não se pretende cumprir o prometido.

Portanto, podemos falar de modo abusivo, quando desrespeitamos o que se considera uma **implicação lógica** (não se pode dizer que o gato está sobre o tapete e sob o tapete); uma simples **implicação** (quando se diz que o gato está sobre o tapete, implica que ele se encontra realmente ali); ou uma **pressuposição** (quando se diz que os filhos de João são calvos, pressupõe-se que João tenha filhos). Nesse sentido, temos uma aproximação de proferimentos performativos, até agora considerados felizes ou infelizes com as declarações de vários tipos que são falsas ou verdadeiras.

Austin estabelece uma distinção entre performativos primários e performativos explícitos. O performativo explícito é aquele que apresenta o verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo, na voz ativa. O primário não traz explícito o verbo performativo, mas ele pode ser resgatado, pelo fato de estar implícito. No entanto, existem casos de performativos primários em que não é possível a redução a um performativo explícito.

Austin seleciona verbos que classifica de comportamentais e os divide em explícitos puros, não-puros e descritivos. Ele mantém sua tentativa de estabelecer uma taxonomia dos verbos performativos, no entanto tem consciência de que as classificações não são fechadas ou exatas e que é o uso que vai dar a última palavra quanto à classificação que se deve dar a um ou outro verbo. É preciso também salientar que ele não considera como performativas as fórmulas típicas de cortesia e os casos em que se adapta a ação à palavra.

Assim, Austin vai preparar seu “ouvinte-leitor” para a apresentação da teoria dos atos de fala, quando postula que o sentido pleno de **dizer algo** é a realização de três atos: o ato fonético - PHONE - (sempre realizado), o ato fático – PHEME - (sempre realizado) e o ato rético – RHEME - (geralmente realizado). O primeiro é o proferimento de certos ruídos; o segundo é o proferimento de ruídos pertencendo a palavras de um determinado vocabulário, em conformidade com uma determinada gramática, etc.; enquanto o terceiro é o próprio ato de se usar o segundo - PHEME - com um sentido mais ou menos determinado e uma referência mais ou menos definida.

A partir de então, Austin vai apresentar a sua classificação dos atos de fala dividindo-os em locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Para isso, ele retoma os conceitos de *phone*, *pheme* e *rheme*. Qualquer ato de fala vai se constituir desses três sub-atos.

Segundo Levinson (2007), o **ato locucionário** consiste em emitir um enunciado composto por orações aceitáveis do ponto de vista gramatical com uma referência e sentido determinado. O **ato ilocucionário** é inseparável do locucionário, acrescido do fato de que o locutor quer produzir um efeito comunicativo em relação ao seu interlocutor; trata-se, na realidade, do modo de emprego do ato locucionário. O **ato perlocucionário** é a modificação sofrida pelo interlocutor no momento do ato de fala. Muitas vezes, este ato perlocucionário não se traduz necessariamente pela fala, pode ser um simples gesto ou mesmo uma expressão facial do interlocutor.

Na análise dos atos de linguagem, Austin faz a distinção entre significado e força ilocucionária. O significado está no âmbito do ato locucionário, logo linguístico, enquanto a força ilocucionária forma o centro do ato ilocucionário, elemento fundamental, portanto, para a compreensão da linguagem como ação, como expressão de relações socioculturais estabelecidas convencionalmente.

Não podemos perder de vista, no entanto, que Austin, posteriormente - mais precisamente na décima segunda conferência (AUSTIN, 1962) – assumiu a impossibilidade de manter a distinção entre atos constataivos e performativos, vez que todos os proferimentos são, em essência, performativos, pressupõem sujeitos que realizam o ato de enunciar e assim interferem no mundo. Austin passa, então, a ignorar a divisão dos enunciados em duas categorias, considerando, agora, o ato de enunciar como um todo complexo formado pelo ato locucionário, ilocucionário e perlocucionário. Dizer alguma coisa é realizar simultaneamente esses três tipos de atos e uma constatação nada mais seria do que um *performativo implícito*.

Rajagopalan (2010) vai além e argumenta que a implosão da dicotomia também implodiu qualquer esforço classificatório dos atos de fala, pois haveria uma “incompatibilidade radical entre a irreducibilidade do ato ilocucionário e a meta classificatória que se dá no reducionismo atomístico” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 47). Para esse autor, a proposta de Austin foi continuamente reduzida, pela tradição racionalista, a uma taxonomia improdutiva, que só seria possível se o ato ilocucionário pudesse ser isolado de suas condições de produção e aparecimento, para assim se deixar analisar, isolado e reduzido de seu contexto.

Temos, assim, espaço para uma teoria mais geral dos atos de fala, uma teoria cuja ação linguística é tomada em sentido mais amplo, o que vai ao encontro do que argumentamos

nesse trabalho: mesmo quando parece apenas constatar que os negros americanos vivem em determinadas condições, Martin Luther King, em seu proferimento, delineia um projeto de inserção dessa população em uma sociedade profundamente marcada pela segregação racial. Mas, a despeito das discussões que põem em xeque a classificação dos atos de fala, consideramos que a classificação dos atos em **veriditivos**, **exercitivos**, **comissivos**, **comportamentais** e **expositivos** (AUSTIN, 1962), ainda que distante de nos fornecer um quadro exaustivo dos atos de fala, é, em um primeiro momento, um dispositivo de análise que permite o acercamento do objeto de estudo: não se trata de redução, mas de ponto de partida.

As metas ilocucionárias, as ações que o sujeito pretende levar a cabo a partir de sua enunciação, parecem depender, e aqui concordamos com as reflexões de Austin em suas últimas conferências, de se saber quais são as intenções do falante, ou ao menos as intenções que o sujeito deixa entrever nas marcas de seu discurso. Defendemos que as condições do proferimento nos dão a chave necessária para esse entendimento, de modo que a circunscrição do discurso numa cena de enunciação e, sobretudo, a descrição da vocalidade e do caráter que enunciador faz emergir se torna, então, fundamental.

2.2 Cenas de enunciação

As cenas de enunciação definidas por Maingueneau (2001) promovem uma compreensão do discurso a partir de papéis sociais, sendo compreendidos segundo a percepção de papéis teatrais. Em momentos anteriores, o estudo do ethos era concebido a partir de “máscaras” pré-definidas. Com o advento da Análise do Discurso, percebe-se que cada ato pronunciado possibilita ao locutor assumir determinadas posições discursivas construídas na própria linguagem. Assim, segundo Maingueneau:

Estamos em um terreno onde a relação social é, desde o início, linguagem. Mas como pensar, a seu modo, a ordem do discurso, ao mesmo tempo em que remete a posições não discursivas, não os reflete exatamente? De fato esta é uma dificuldade, já que os lugares sociais só podem existir através de uma rede de lugares discursivos, os quais se apoiam em uma economia distinta. É preciso admitir que a “encenação” não é uma máscara do “real”, mas uma de suas formas, estando este real investido pelo discurso. (MAINGUENEAU, 1997, p. 31)

As classificações são compreendidas dentro dessa percepção, de forma que os discursos, como afirma Maingueneau (1997), estão inseridos em uma encenação ou cenografia em que os papéis sociais realizados ocorrem em cenas teatrais montadas no ato da

enunciação. Assim, temos a cena englobante que corresponde aos tipos de discurso, a cena genérica que corresponde ao gênero de acordo com a situação comunicativa e a cenografia referente ao próprio processo enunciativo construído no discurso, as quais vamos delinear mais detalhadamente a seguir.

2.2.1 Cena Englobante

A definição de *ethos* "designa a imagem de si que o locutor constroi em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário" (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2005, p. 220). Reportamo-nos, então, à cena em que, no caso de Martin Luther King, possibilita a validação de seu discurso, qual seja, a situação do sujeito que profere como aquele que representará/apresentará todas as contradições às quais a existência do negro está condicionada naquela sociedade.

A cena englobante aparece, então, como o primeiro aspecto a ser considerado nessa circunscrição, pois "atribui um estatuto pragmático ao tipo de discurso a que pertence um texto" (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2005, p. 96). A partir desse entendimento, percebemos que o discurso de Martin Luther King ocorre fundamentado na manifestação de um *ethos* criado pelo enunciador, a partir do qual se valida a cena discursiva. Essa validação da cena discursiva ocorre a partir da configuração de uma situação política decadente, de profundos abismos sociais, que exigia a coragem para falar sobre o assunto.

Esses fatores fundamentam o tipo de discurso (cena englobante) a que ele pertence, ou seja, o discurso político, em que o jogo argumentativo estrutura o que é dito pelo "tom" com o que é dito, estabelecendo a legitimidade sobre o que é dito. Tal cena englobante ocorre a partir de três princípios que, segundo Charaudeau (2006, p. 16), são condição para que um ato da linguagem seja definido em relação ao outro: "princípio da alteridade (sem a existência do outro, não há consciência de si), princípio de influência (para que o outro pense, diga ou aja segundo a intenção daquele) e o princípio de regulação (em que o outro tem o seu próprio projeto de influência, levando-os a gerenciar sua relação)". Os três princípios colaboram para que um reconheça no outro uma identidade capaz de oportunizar ao locutor o uso da persuasão: "fazer passar pelo discurso um *ethos* característico do auditório, para lhe dar a impressão de que é um dos seus que ali está" (MOTTA, 2008, p. 20),

2.2.2 Cena Genérica

O gênero do discurso é a sistematização de práticas socialmente difundidas, que surgem de acordo com as necessidades que a sociedade manifesta, na medida em que “a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos” (BAKHTIN, 2003 p. 265). Assim, encontramos o gênero do discurso submetido a certas condições de uso. Segundo Maingueneau (2001), essas condições estão relacionadas à produção de uma enunciação e à receptividade por parte do co-enunciador. Além disso, envolvem elementos como uma finalidade reconhecida, o estatuto de parceiros legítimos, o lugar e o momento legítimos, um suporte material e uma organização textual (MAINGUENEAU, 2001).

Diante dessa classificação, observamos que o discurso, inserido na cena englobante política, proferido por Martin Luther King pode ser analisado dentro desses elementos característicos do gênero discursivo segundo Maingueneau (2001). Dessa forma, encontramos um texto com uma finalidade discursiva que consiste na observância do lado humanístico do enunciador. Tal fato ocorre a partir de uma sequência de atos de fala perlocucionários em que o locutor Martin Luther King manifesta a intenção que pretende causar no seu ouvinte. Pode-se identificar a meta ilocucionária de assentir acerca da necessidade de unir forças com a população branca (“Não podemos caminhar sozinhos”); a valorização do público; o comprometimento do público pelo conhecimento prévio acionado; o comprometimento do outro com a ideia humanística (“Temos de conduzir nossa luta para sempre no alto plano da dignidade e da disciplina. Não devemos deixar nosso protesto criativo degenerar em violência física”); a responsabilização do si diante do desejo de liberdade e de conquistar essa liberdade pacificamente (“Precisamos nos erguer sempre e mais uma vez à altura majestosa de combater a força física com a força da alma.”).

Diante desse processo enunciativo, são legitimados os lugares enunciativos correspondentes ao público, na medida em que o locutor assume lugares no seu discurso e, devido a tal posição, legitima lugares ao seu co-enunciador. Segundo Charaudeau (2006), a instância política legitima um espaço de discussão, através do qual é definido o ideal dos fins e os meios da ação política. Tal espaço pode ser definido no discurso político proferido em que tal cena genérica possui seus fins e meios desenvolvidos a partir dos atos perlocucionários encontrados na organização textual. A organização textual ocorre em um gênero discursivo na maneira em que a sociedade necessita de tal gênero na sua prática social.

Uma característica bem particular do discurso de Martin Luther King é a valorização da ideia de liberdade à qual cada um é impelido pelo locutor, de modo a valorizar mais a

própria vida e o sentido de união, mesmo com aqueles que, a priori, são os responsáveis pela segregação (“[...] conforme evidenciado por sua presença aqui hoje, acabaram por entender que seu destino está vinculado ao nosso destino e que a liberdade deles está vinculada indissociavelmente à nossa liberdade”). Percebem-se, dessa forma, dois atos perlocucionários: o comprometimento do outro com a ideia de liberdade e a responsabilização do público com o desejo de liberdade. Essa conclamação está profundamente de acordo com os objetivos do gênero discurso político.

Interessa para o estudo do estilo a observação, a análise e a descrição dos recursos recorrentes que um enunciador utiliza para a "arte de persuadir". O "caráter moral do orador" é ponto de partida para que se comprove o estilo. E o estilo do enunciador, no texto aqui em estudo, é revelado pela sua enunciação mais famosa: “Eu tenho um sonho”. Reiterada várias vezes ao longo do texto, ela vai sendo recategorizada de modo a atingir a sua força ilocucionária mais premente: não é somente o delineamento de uma utopia, mas a enumeração das ações que devem ocorrer para que a liberdade da população negra não seja somente uma quimera.

Dessa forma, encontramos no discurso de Martin Luther King, um estilo próprio dentro do gênero político, cujos recursos, atos perlocucionários, promovem uma valorização do próprio locutor. Segundo Bakhtin (2006, p. 285): “Todo enunciado oral e escrito, primário e secundário e também em qualquer campo de comunicação discursiva é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, pode ter estilo individual”.

Dessa forma, afirmamos que o texto em análise não só possui as características que o gênero político apresenta, segundo Maingueneau (2001), mas também que as estratégias inerentes a esse gênero são reforçadas e adquirem inegável força ilocucionária a partir do estilo próprio de proferir tal gênero, marcada nos atos perlocucionários que podemos identificar ao longo do texto.

2.2.3 Cenografia

A definição de cenografia de Maingueneau e Charaudeau (2004, p. 96) diz que: "não é imposta pelo tipo ou gênero do discurso, mas instituída pelo próprio discurso. Depreende-se deste conceito que a cenografia é estabelecida a partir de características que definam, no momento da enunciação, o conjunto de imagens valorizantes que, durante a interação, construímos de nós mesmos e impomos aos outros”.

Diante disso é possível, no discurso político, a presença da diversidade de cenografias em que o discurso, na concepção popular, se manifesta. Para compreensão dos fatores estruturantes da cenografia, consideramos necessário estabelecer a diferença entre discurso, na acepção tradicional de domínio público, como “fala proferida para o público; oração” e o discurso que emerge no texto de Martin Luther King que, reportando-nos a um conceito ligado à Análise do Discurso, apresenta-se como "conjunto de enunciados na medida em que eles provêm da mesma formação discursiva. Inclusão de um texto em seu contexto" (MAINGUENEAU; CHARAUDEAU, 2004, p. 169 - 172).

As duas significações remetem-nos a uma diferença entre os discursos capaz de nos fazer compreender que há uma superposição tipo-gênero de diversos discursos, cuja definição ainda não se esclareceu. Há no discurso de Martin Luther King a marca evidente que estampa a ideologia de liberdade, ou seja, o discurso antirracista, antidiscriminatório. Nessa perspectiva, podemos sugerir a existência de uma cenografia de conceito a ser construído, ou seja, capaz de contemplar em sua definição a diversidade de cenografias com o objetivo de atender às articulações necessárias da variação comportamental do seu co-enunciador, que objetivam a condução e controle da persuasão do enunciador.

2.2.4 Ethos

Na Guerra Fria, momento histórico e material no qual o texto em tela foi produzido, os Estados Unidos faziam a propaganda de que aquele era o regime e o país onde todos gostariam de viver - exceto os negros, que tinham de se limitar aos assentos reservados nos ônibus e a várias outras práticas segregadoras. O discurso proferido por Martin Luther King é, então, eivado da consciência do seu poder de eloquência e toma para si a responsabilidade que a contestação daquele quadro sociocultural traria para a política mundial. Tal imagem de si é desenvolvida de forma que o interlocutor acredite naquele que fala e no que diz, visto que esta é profundamente enraizada na descrição de uma realidade materialmente vivida. Tal imagem de si, que se mostra consonante com os aspectos que o enunciador traz à tona em seu discurso, é definida como *ethos*.

O *ethos* é definido como " traços de caráter que o orador deve *mostrar* ao auditório (pouco importa a sinceridade) para causar boa impressão” (BARTHES apud MAINGUENEAU, 2005, p. 89). Mais do que demonstrar que conhece a situação da qual fala, o enunciador deve ser encarnado no texto, sustentado por uma voz que evoca e incorpora as qualidades necessárias para legitimar aquele proferimento, buscando a adesão do interlocutor.

Consideramos, portanto, que a construção do *ethos* por parte do enunciador é condição de felicidade necessária para o êxito da força ilocucionária e dos efeitos perlocucionários pretendidos.

Maingueneau (*apud* AMOSSY, 2005, p. 73) argumenta que “o texto não é para ser contemplado, ele é enunciação voltada para um co-enunciador que é necessário mobilizar para fazê-lo aderir ‘fisicamente’ a um certo universo de sentido”. A identificação, por parte de um co-enunciador, de uma corporeidade, de uma movimentação que remete a comportamentos sociohistoricamente estabelecidos passa a ser condição fundamental para a sua adesão a esse discurso.

Pinto (2009) defende que as discussões de Austin sobre o entrelaçamento entre ato ilocucionário e ato perlocucionário nos levam ao ato físico, ao corpo que nos fornece evidências da presença do sujeito nesse fazer linguístico. A autora radicaliza sua posição ao inscrever Austin na tradição de estudos do corpo e do feminismo deflagrados por autores como Derrida, Butler e Felman, mas suas considerações sobre a corporeidade do ato ilocucionário reforçam, ao nosso ver, a aproximação que propomos com a noção de *ethos* discursivo, visto que a enunciação dá um corpo ao enunciador e o co-enunciador o assimila, incorporando então esse conjunto de esquemas que representam uma comunidade “dos que comungam na adesão a um mesmo discurso” (MAINGUENEAU, 2005, p. 100).

No cenário criado pelo discurso, há uma clara tentativa de projetar, ao olhar do outro, um indivíduo capaz de ser reconhecido como alguém que guarda uma identidade com o seu co-enunciador, ou seja, alguém plenamente capaz de compreender o povo porque fazia parte dele, por isso falava a ele como um igual, que como eles buscava a liberdade e um mundo mais pacífico e menos discriminatório.

A construção do *ethos* com base no conceito de construção da imagem de si carrega a noção discursiva de que sua enunciação, enquanto discurso político, se constrói através do próprio discurso, validando, assim, sua enunciação, que certamente já se encontra instalada na memória coletiva (MAINGUENEAU, 2005), ao evocar, por exemplo, os lugares físicos aos quais o martírio da existência dos negros é historicamente associado (Mississippi, Alabama, Geórgia, Louisiana).

Na análise dos discursos percebemos, como co-enunciadores, a manifestação dos atos de fala, estruturados de maneira consciente e de forma a projetar, ou planejar suas futuras "falas" a partir da reação ou sensibilização de sua audiência, ou seja, pela ação dos perlocucionários. O percurso traçado pelos atos de fala, na análise do discurso de Martin Luther King, instrumentalizou nossa pesquisa a uma possível elucidação sobre a imagem construída de si

por este enunciador, sendo possível, a partir dos atos perlocucionários, delinear o *ethos* que o discurso faz emergir.

Observa-se no texto aqui em tela a construção de um líder, com uma enorme crença em si mesmo, que mostra segurança e preocupação como as de um pai, definem o que Patrick Charaudeau chama de a figura do *chefe-soberano*: “a soberania, nós o mostramos, é o que funda a legitimidade do político. (...) Trata-se aqui de ver como o político pode construir para si um *ethos* do que lhe permite assumir uma posição de fiador dos valores até o ponto de confundir-se com eles.” (CHARAUDEAU, 2006, p. 157). O constante recurso aos domínios do sonho e da fé forjam o discurso daquele enunciador como o *único legítimo* para a situação que ali se encontrava: não é possível pretender a liberdade tolhendo outras liberdades. A seguir, faremos uma exploração um pouco mais detalhada dos atos ilocucionários e efeitos perlocucionários que pudemos identificar na análise de “Eu tenho um sonho”.

2.3 Identificação e Análise dos atos de fala de “Eu tenho um sonho”

A partir da classificação que Austin fornece, em suas primeiras conferências, chegamos à seguinte identificação dos atos de fala no discurso de Martin Luther King:

Tabela 1 – Atos de fala encontrados no discurso de Martin Luther King.

Ato locucionário	Ato ilocucionário/ classe ilocucionária	Meta ilocucionária	Efeito perlocucionário
1 Estou feliz em me unir a vocês hoje naquela que ficará para a história como a maior manifestação pela liberdade na história de nossa nação.	Comportamentais	Angariar a atenção e a simpatia dos interlocutores	Ser ouvido
2 Então viemos aqui hoje para dramatizar uma situação hedionda. [...] Em certo sentido, viemos à capital de nossa nação para sacar um cheque.	Exercitivos	Advertir sobre o objetivo de sua fala	Ser compreendido
3 Mas nós nos recusamos a acreditar que o Banco da Justiça esteja falido. Nos recusamos a acreditar que não haja fundos suficientes nos grandes depósitos de oportunidade desta nação. Por isso voltamos aqui para cobrar este cheque	Exercitivos	Conquistar a cumplicidade do interlocutor.	Ser apoiado
4 Não é hora de dar-se ao luxo de esfriar os ânimos ou tomar a droga tranquilizante do gradualismo. Agora é a hora de fazermos promessas reais de democracia. Agora é a hora de sairmos do vale escuro e desolado da segregação para o caminho ensolarado da justiça racial.	Expositivo	Informar, Avisar	Valorização do público e condução do debate
5 Não haverá descanso nem tranquilidade na América até que o negro receba seus direitos de cidadania. Os turbilhões da revolta continuarão a abalar as fundações de nossa nação até raiar o dia iluminado da justiça.	Expositivo	Insistir, enfatizar	Comprometer o interlocutor com os atos que o discurso empreende
6 Não tentemos saciar nossa sede de liberdade bebendo do cálice da amargura e do ódio. Temos de conduzir nossa luta para sempre no alto plano da dignidade e da disciplina. Não devemos deixar nosso protesto criativo degenerar em violência física. Precisamos nos erguer sempre e mais uma vez à	Comportamentais	Convido-os a	Chamar a atenção para o discurso e envolver os interlocutores em suas ideias

	altura majestosa de combater a força física com a força da alma.			
7	A nova e maravilhosa militância que tomou conta da comunidade negra não deve nos levar a suspeitar de todas as pessoas brancas, pois muitos de nossos irmãos, conforme evidenciado por sua presença aqui hoje, acabaram por entender que seu destino está vinculado ao nosso destino e que a liberdade deles está vinculada indissociavelmente à nossa liberdade.	Vereditivos	Analisado, Constato	Envolver a todos com as evidências do fato
8	Jamais estaremos satisfeitos enquanto nossos corpos, pesados da fadiga de viagem, não puderem hospedar-se nos hotéis de beira de estrada e nos hotéis das cidades. Não estaremos satisfeitos enquanto a mobilidade básica do negro for apenas de um gueto menor para um maior. Jamais estaremos satisfeitos enquanto nossas crianças tiverem suas individualidades e dignidades roubadas por cartazes que dizem 'exclusivo para brancos'.	Comissivo	Compactuo, Sou a favor de	O comprometimento do dever
9	Voltem ao Mississippi, voltem ao Alabama, voltem à Carolina do Sul, voltem a Geórgia, voltem a Louisiana, voltem aos guetos e favelas de nossas cidades do norte, cientes de que de alguma maneira a situação pode ser mudada e o será. Não nos deixemos atolar no vale do desespero.	Comportamentais	Convido a	Envolver todos no compromisso com a luta pela liberdade
10	Digo a vocês hoje, meus amigos, que, apesar das dificuldades de hoje e de amanhã, ainda tenho um sonho. É um sonho profundamente enraizado no sonho americano. Tenho um sonho de que um dia esta nação se erguerá e corresponderá em realidade o verdadeiro significado de seu credo: 'Consideramos essas verdades manifestas: que todos os homens são criados iguais'.	Comportamentais	Convido a	Envolver todos no compromisso com a luta pela liberdade
11	E quando isso acontecer, quando deixarmos a liberdade ecoar, quando a deixarmos ressoar em cada vila e vilarejo, em cada Estado e cada cidade, poderemos trazer para mais perto o dia que todos os filhos de Deus, negros e brancos, judeus e gentios, protestante e católicos, poderão se dar as mãos e cantar, nas palavras da velha canção negra, "livres, enfim! Livres, enfim! Louvado seja Deus Todo-Poderoso. Estamos livres, enfim!"	Comissivo	Compactuo, Asseguro que	Responsabiliza o outro diante de toda a nação na luta pela liberdade

Fonte: <http://exame.abril.com.br/mundo/noticias/veja-na-integra-o-historico-discurso-de-martin-luther-king?page=1> .

O quadro evidencia uma constituição imagética que é engendrada pela fluidez na elaboração dos índices que, culturalmente, caracterizariam a figura de um líder e, mais especificamente, a do líder pacifista que conclama à luta de forma ética, de quem a figura de Martin Luther King tornou-se, na história, representação quase prototípica. Podemos afirmar que a ilocução do líder, que vai da negação do desejo de ver uma luta violenta acontecer ao chamamento veemente dirigido ao público para a luta pela liberdade, dialoga polemicamente com os signos da discriminação racial, ao começar pelo recurso ao sonho americano, cujo sucesso depende da inclusão da população negra em todos os setores da sociedade, e da subversão empreendida na materialidade textual verificada no discurso, que adota um tom solene, porém afetuoso, com ares de gentil proximidade, ao mesmo tempo em que veicula uma mensagem de liberdade, respeito às diferenças e a conclamação para a construção de um novo mundo, desmontando cada um dos fundamentos que forjavam a discriminação racial.

Admitindo que toda ilocução tem um imediato efeito perlocucionário, que visa não apenas atingir o interlocutor, mas também negocia com as especificidades inerentes à singularidade da produção do enunciado, compreendemos que “Eu tenho um sonho”, aliado ao contexto histórico e à própria imagem veiculada por Martin Luther King através de sua inscrição em uma posição discursiva que se contrapõe a um posicionamento de manipulação política e se filia às tendências antidiscriminatórias que ganharam vulto com a repercussão mundial da guerra que os EUA deflagraram contra o Vietnã, concluímos que a perlocução atingida se faz pautada nesse aspecto de politização da fala, que busca a adesão do interlocutor e a sedução deste mesmo interlocutor, na busca pelo desmonte de concepções que preconizam a discriminação entre as pessoas e na construção de uma outra lógica para o entendimento de um fato histórico que marca, com efeito, a história da humanidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse texto, procuramos analisar o discurso de Martin Luther King, “Eu tenho um sonho”, segundo os estudos de Maingueneau (2001), percebido as três cenas discursivas: a cena englobante, a cena genérica e a cenografia. Para tal fim, procuramos analisar o discurso de Luther King segundo a compreensão de Austin (1990), expressa na Teoria dos Atos de Fala. Utilizamos tal conceito por compartilharmos da compreensão de que tais atos fazem parte de um contrato entre os indivíduos que pertencem ao mesmo corpo de práticas sociais e, assim, indicam que uma posição assumida pelo locutor possibilita ao outro um reconhecimento de tal posição. Dessa forma, encontramos os atos que geram uma posição social adotada pelo interlocutor, os atos ilocucionários e, com isso, o que uma possibilidade de caracterização do que o locutor pretende causar no interlocutor, atos perlocucionários demonstrados no quadro de resultados anteriormente apresentado.

Partindo do princípio de que os performativos só podem se concretizar numa situação adequada, pela análise realizada no discurso de Martin Luther King, pudemos observar que, ao pronunciar as palavras, a ação designada por elas concretiza-se na medida em que o ethos do enunciador emerge como condição de felicidade: o enunciador faz emergir um discurso legítimo; o seu modo de dizer legitima o seu discurso. Visto que o enunciador, ao lançar mão dos vários recursos que os atos de fala oferecem (exercer, veridizer, entre outros), se compromete com o discurso e possui todas as condições para que ele se realize, temos, então, um performativo feliz.

Na cena englobante, verificamos que o contexto histórico possibilitou o surgimento de uma figura carismática que podia fazer-se entender de modo a empreender uma crítica às políticas e medidas que excluía a população negra de boa parte das vivências sociais na sociedade americana da época, na tentativa de mostrar o quanto essas práticas tornavam o sonho americano ainda um quimera distante. Assim, o discurso político de Martin Luther King surgiu com as características do discurso político, segundo Charaudeau (2006): princípio da alteridade, princípio de influência e o princípio de regulação. As condições de felicidade da enunciação dependiam de um *ethos* que pudesse veicular tais elementos.

Na cena genérica, encontramos a formação de um gênero político que, segundo Maingueneau (2001), pode ser definido a partir dos seguintes fatores: uma finalidade reconhecida no caso, trata-se de fazer com que o público aceite a ideia de lutar pela liberdade e pelo desejo de ajudar aos outros; a observância de uma sequência perlocucionária: a valorização do público; o comprometimento do público a partir do conhecimento prévio acionado; a simplicidade do público; a responsabilização do público com o desenvolvimento do lado humanístico; o comprometimento do outro com a ideia pela liberdade. Além do lugar e do momento legítimos em que o autor valida através de sua fala, temos também o recurso a um léxico que evoca as imagens do isolamento de uma população em detrimento de outra e da necessidade premente de que esse isolamento seja extinto, numa luta pacífica e na qual todos possam estar unidos em prol da inserção dos negros. O estilo ecumênico e caridoso que o enunciador imprime à fala é de importância fundamental nessa construção, pois, segundo Bakhtin (2006, p. 266), “o estilo é indissociável de determinadas unidades temáticas e o que é de especial importância de determinadas unidades composicionais: de determinados tipos de construção do conjunto [...] com os ouvintes, leitores, os parceiros, o discurso do outro, etc.”

A cenografia é a terceira cena comentada por Maingueneau (2001) em que há o surgimento da própria enunciação em que valida a fala do locutor. Nesta cena, percebemos a construção de diversas cenografias na produção desse discurso, ou seja, há a formação do discurso político e do discurso construído na fala desse locutor, devido às variações comportamentais em que o locutor utiliza em concordância com os seus fins persuasivos. Dentro desse quadro cênico levantado, observamos a construção do *ethos*, ou seja, a imagem de si que o locutor deseja demonstrar durante “Eu tenho um sonho”.

Concluimos, após esta pesquisa, que a cenografia desenvolvida em “Eu tive um sonho” é implementada de diversas formas havendo, assim, a necessidade de contemplar tal estudo através da observação mais detida das informações de natureza poliográfica trazidas pela enunciação, que levam a formar diferentes *ethos* em diversas situações percebidas ao

longo dessa enunciação, uma vez que a construção ética é caracterizada, sobretudo, pela plasticidade. Mas o exame de tais situações não constituem o foco desse texto, e caberia, portanto, a novas pesquisas que poderão surgir sobre essa faceta dos estudos sobre o discurso político que legados como o de Martin Luther King sugerem.

REFERÊNCIAS

- AMOSSY, R. (Org.). **Imagem de si no discurso: a construção do *ethos***. 1ª ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Oxford University Press, 1962.
- BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- CHARAUDEAU, P. **O Discurso Político**. Tradução: Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006.
- LEVINSON, S. C. **Pragmática**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- MAINGUENEAU, D.; CHARAUDEAU, P. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- MAINGUENEAU, D. **Análise de textos de Comunicação**. Tradução: Cecília P. de Souza-e-Silva. 4. ed. São Paulo: Cortez: 2005.
- _____. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Tradução: Freda Indursky. Campinas: Pontes, 1997.
- MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.
- PINTO, J. P. O corpo de uma teoria: marcos contemporâneos sobre os atos de fala. **Cadernos Pagu**, p. 117-138, jul./dez. 2009.
- RAJAGOPALAN, K. **Nova Pragmática: faces e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.